

O último café das avenidas

No fim do mês encerrará o «Vá-Vá», para reabrir mais tarde transformado em «pizzaria», já destruídos a ímpar decoração de Eduardo Anahory e os painéis de azulejo de Menez. Peça de um património urbano descurado, este café é parte da história da cultura e da história de uma zona nova da cidade

Margarida Acciaiuoli



Um espaço urbano em extinção ou um oásis na desertificação da cidade: o «Vá-Vá» não é suficientemente antigo para usufruir de protecção legal

Cafés de Lisboa

É bem possível que já não seja adequado iniciar qualquer pesquisa ou teorização sobre os Cafés de Lisboa sem indicar a que problemas eles correspondem ou em que momento da história da cidade intervieram. O necessário trabalho de inventariação destes índices urbanos em extinção ou mesmo a sua conceptualização ajusta-se cada vez menos aos espaços ainda existentes, conservando aqueles, na sua grande maioria, apenas esta antiga denominação.

Instituição nacional que a literatura e a pintura não deixaram de registar, os Cafés foram os lugares por excelência da «cavaqueira», tribuna de pontos de vista e autênticos centros de informação política e de captação do boato. Tornados templos privilegiados da opinião, num processo de democratização natural que fez deslizar o centro de gravidade da figura do Príncipe para a capital e seus lugares eleitos, os Cafés de Lisboa começaram por roubar os homens à família e os cidadãos ao poder

instituído, convertendo-se no alvo principal de todas as perseguições e vigilâncias. Ai se planearam revoluções, se fizeram e desfizeram reputações, em confrontos reais e necessários de uma história que ainda está por fazer.

Herdeiro da «hostaria» e da «horta» seiscentistas, nas suas práticas de espaço, o Café está, por esta razão, ligado ao convívio e à conversação, com seus territórios demarcados, suas regras e estratégias. Foram eles que definiram a cidade, desde finais do século XVIII, numa nova geografia dos lugares, divulgando ideias e ensaiando mundos ao mesmo tempo que protegiam os seus frequentadores (à semelhança dos templos medievais) quando forças estranhas forçavam as suas portas, estilhaçando vidros ou partindo os mármore das mesas então erguidas em estruturas de mogno que o império trouxera. Todos eles tiveram os seus credos e heróis que se foram substituindo nas leis inexoráveis do tempo, conservando apenas a característica primordial que os fundou e lhes deu a razão de existir: lugar

onde se está, nesta forma de conjugação do verbo que é também permanecer e logo um modo de ser (e conviver).

E, porque a versatilidade da nossa língua nos oferece por inteiro a independência entre o ser e o estar, o Café e o que ele representa, tem sido uma das manifestações mais extremas da possibilidade de unificação dessa diversidade, dia-a-dia exercitada na verbalização do pensamento. A conversação ou a «cavaqueira» faz-se em práticas de espaço, com acondicionamentos próprios onde as mesas adquirem a dignidade de verdadeiros altares, indispensáveis aos cerimoniais com que se iniciam e acabam os ritos dos dias e da vida. Por esta mesma razão, quando Lisboa descobre a vontade de se tornar uma cidade moderna, nos moldes do que vinha acontecendo em outras capitais, erguem-se no seu centro verdadeiros templos a estes credos, a par dos Cinemas, uns e outros, progressivamente estendendo-se pelas novas artérias que suportavam a extensão da cidade.

Do Chiado às Avenidas

Uma cronologia não exaustiva pode, mesmo assim, ilustrar esta vontade, logo expressa na assinatura dos arquitectos que com outra consciência os souberam desenhar. No Chiado, no Rossio e nos Restauradores, coração natural da velha cidade, surgem em necessidade o Café «Brasileira» (1923) de Norte Júnior, o Café «Chiado» (1927) de Carlos e Guilherme de Andrade, o «Palladium» (1932) de Raúl Tojal, o «Chave de Ouro» (1936) de Norte Júnior, o «Portugal» de Cristino da Silva, o «Cristal» (1943) de Cassiano Branco e o «Avis» (1948) de João Simões — todos eles hoje arrasados ou descaracterizados como a sobrevivente «Brasileira». De há vinte anos a esta parte, estes lugares têm sido sucessivamente condenados em autos-de-fé paradoxais, numa espécie de vergonha suprema que se anula e suprime. Em sua substituição surgem outros índices urbanos ligados ao espectáculo da produção e do movimento

aparente desta: são Bancos resplandescentes ou snaks-bar expeditos, onde do ser se exige o acto maquinal do corpo-automato, obediente a ordens expressas em prospectos que há que preencher, de depósitos e levantamentos de dinheiro e comida, esta também já em pré-pagamento. É, possivelmente, o começo de uma civilização cuja estética da destruição se prende com a nudez, numa forma de modelo ideal onde o «cidadão perfeito» se torna autista.

Nas avenidas de Lisboa, que em finais do século passado Ressano Garcia quis que fossem «Novas» e, Duarte Pacheco depois, estendeu-as em «novíssimas», desenhou-se agora uma paisagem urbana igualmente desertificada. O passeante colado à dissipação veicular e isolado pela violência com que é expulso dos antigos Cafés, é já mais um sobrevivente do que um «habitante». Ai também, os Cafés, as Pastelarias e as Casas de Chá foram sucessivamente desaparecendo para darem lugar a uma espécie de «corredores de corrida», antecâmaras do asfalto, onde o cidadão em pé se confronta com as imagens irreais dos pratos e rostos devolvidos nos vidros e espelhos como se já tivesse tomado o autocarro. São estes «patamares» de transporte colectivo que parecem constituir as novas possibilidades dos espaços de convívio, subtraído que foi o lisboeta à arquitectura a que tinha direito, ao ser definitivamente excluído da fidelidade espacial dos seus lugares de eleição que, neste caso, são também um marco importante na história da capital.

Porém, os Cafés tal como as Leitarias e os Cinemas, pertencem ao que se poderia chamar de património urbano descurado: não são considerados suficientemente antigos para usufruírem de uma protecção legal e, indignidade maior, grande número dos Cafés das Avenidas não são assinados por arquitectos de renome. Excepções há, porém, mas nem mesmo nesses casos o destino pôde ser diferente: ou desapareceram em proveito de utilizações mais rentáveis, como o Café «Londres» da autoria do arquitecto Cassiano Branco ou perderam a sua particularidade e implantação através de conversões e decorações em série, como o «Copa-Cabana», o Café «Monte Carlo» e, mais recentemente, o Café «Roma». Agora anuncia-se a transformação do Café «Vá-Vá» em Pizzaria e, nos seus magníficos painéis de azulejo da autoria da pintora Menez, estão colados já manhosos papéis que anunciam as várias formas de pedir Pizzas, e com elas, a confirmação da próxima destruição daquele que foi o Café por excelência da geração dos anos 60.

Exterior, interior

O «Vá-Vá», à semelhança dos outros Cafés de Lisboa e

(Continua na pág. 40-R)

UMA ONDA de destruição parece avassalar Lisboa. Edifícios inteiros, lugares referenciais como os Cinemas e os Cafés que fizeram a nossa história recente, são progressivamente «executados» compondo um espectáculo que já nada tem a ver com a degradação natural que outrora era atributo do tempo. Construção e ruína deixaram de ser os estados-limite da existência dos objectos arquitectónicos e, por isso, a fixação das suas imagens é cada vez mais limitada.

Palacetes, prédios de rendimento e outros lugares onde a subjectividade do cidadão se pôde articular, fazendo com que as estruturas urbanas e a sua história se remetsem num mesmo habitat, são substituídos por incarácterísticos blocos de betão e vidro, obrigando a cidade inteira a deslizar para o efémero. Nem mesmo os prémios «Valmor» e «Municipal», que outrora marcaram o começo de uma dignificação arquitectónica — oficializando gostos e estilos — se mostraram suficientemente convincentes na sua valorização para que fossem poupados à cobiça do valor crescente do terreno onde estavam implantados. Destruídos e substituídos numa velocidade galopante, os prédios desta cidade são os cenários inverosímeis e frágeis de uma deliberada recusa da história que nos força quotidianamente a uma espécie de arqueologia do presente, onde já dificilmente se encontram rastros.

Assim, condenados que estamos a esta cinética fenomenal do urbano, torna-se legítimo perguntar porque é que as «licenças de construção» se alimentam quase exclusivamente das «licenças de demolição», numa ânsia de apagamento do memorável, que é o mesmo que dizer, do que pôde ser sonhado num determinado local. Daí que uma nova estética do arrasamento tome forma no nosso viver e o desaparecimento progressivo dos Cafés das Avenidas não seja outra coisa senão o sinal cabal de uma demolição mais vasta.

A sombra da inevitabilidade das picaretas, gruas e martelos — instrumentos privilegiados da demolição e já objectos do nosso «decor» quotidiano — uma paralela corrosão subterrânea e lenta como a do bichona madeira, mina aquelas arquitecturas interiores em nome da «modernização» e de outros atractivos luzidios. Uma e outra devem ser entendidas à letra: são novos modos de tornar utilizáveis esses antigos espaços de convívio e iniciação de acordo com as necessidades dos tempos de hoje: em suma, são tentativas de adaptação a um novo viver. Porém, resta saber até que ponto estas modernizações correspondem de facto a uma vontade urbana elementar, se entretanto são anuladas todas as possibilidades de estar lá, impedindo a criação de novas práticas de espaço, ou seja, de outros ensaios de modos de estar (e habitar).



Já alterado por anteriores obras de modernização, o «Vá-Vá» foi o único café que mostrou uma exacta adequação a preocupações arquitectónicas afirmadas nos anos 50

A estética do arrasamento contra o direito à cidade

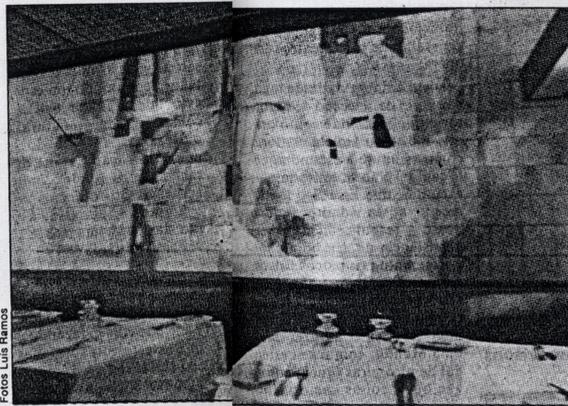
(Continuação da pág. 39-R)

tal como as pessoas que o frequentam, tem os seus papéis de identificação, espécie de licença social para existir, com declaração de nascimento, suas posteriores alterações e obrigatoriedade de notificação do óbito. São requisitos formais que demonstram esta evidência de que ele também é qualquer coisa de vivo e a cuja morte poderemos ser sensíveis.

A sua história é a história de uma parte da cidade que se situa no prolongamento da Avenida de Roma e se cruza com a abertura da Avenida dos Estados Unidos da América. Uma e outra destas avenidas pertencem a uma história urbana recente e com elas e seus edifícios se confrontam programas e estéticas diferenciadas. Por esta mesma razão, o «Vá-Vá» é o único Café desta zona de Lisboa que desde início mostrou uma adequação exacta as preocupações estéticas que, desde 1953, se afirmavam nos primeiros blocos construídos na Avenida dos Estados Unidos. Integrados num vasto plano

definido a noroeste dos planos anteriores de Duarte Pacheco e servindo uma população de quarenta e cinco mil habitantes, as nova afirmações arquitectónicas (de P. Cid, M. Laginha e J. Esteves) colocavam pela primeira vez em discussão o princípio tradicional da rua-corredor ao implantarem estes edifícios, de dimensões inabituais, perpendicularmente a via de rodagem. Uma primeira fase vê-se então cumprida, seguindo-se pouco depois a implantação das quatro torres da nova praça que da avenida guardaria o nome.

Numa delas, já da autoria de J.A. Segurado e F.N. de Figueiredo, implantar-se-ia este novo Café, numa iniciativa da firma Petróneo e Gonzaga, que em 1958 teve a regularização camarária do seu verdadeiro nascimento. Nele ficou a marca de uma decoração impar da autoria de Eduardo Anahory (colaborador assíduo do arquitecto J. Cid e, assim, estabelecendo naturalmente adequada ligação estética com a nova avenida, como aliás, anos mais tarde, numa idêntica colabo-



Num espaço interior decorado por Eduardo Anahory, os admiráveis painéis de azulejo com os espaços e os relevamentos: o «Martinho» e a «Brasileira» dos anos 60?



Num espaço interior decorado por Eduardo Anahory, os admiráveis painéis de azulejo da pintora Menez — obras com importância na história da arte abstracta portuguesa num diálogo certo com os espaços e os relevamentos: o «Martinho» e a «Brasileira» dos anos 60?

ração com aquele arquitecto, pode também assinar a magnífica arquitectura de interior que se revela no grande auditório da Fundação Calouste Gulbenkian). Pontuando este espaço destacam-se os admiráveis painéis de azulejo

da pintora Menez, que dão o movimento e a cor certa ao ambiente, em diálogo com o revestimento quente das madeiras e dos seus bancos cor-de-rosa estofados em pele. Lugar de encontro das últimas gerações desta cidade que aí se iniciaram logo no começo da década de 60, confrontando ohares, discutindo filmes e fazendo circular os sucessivos números dos «Cahiers de Cinema», ao mesmo tempo que, em outras mesas, se ensaiam estratégias associativas, num desejo vital de respiração que a vida nacional impedia. Mais no fim da década, uma nova população surgia, animada pelas possibilidades então criadas «ateliers» camarários, na proximidade do antigo palácio dos Coruêus, esperança quase única para a maioria dos jovens artistas que entretanto haviam cumprido ou abandonado a obrigatória via-sacra curricular.

Direito à memória

Nascida na progressão lenta do cumprimento de um vastíssimo programa urbano, esta foi a segunda geração de uma população que, nos anos 40, se deixou seduzir pelas promessas cor-de-rosa dos prédios do Areeiro, em outros paraísos onde não existiam Cafés. Depois, com a abertura da Pastelaria «Capri», do Café «Roma» e do Café «Londres», a Avenida de Roma destes outros anos forjava uma maturidade cívica que desembocaria no Café «Vá-Vá». Por isso, no seu trajeto era já possível inventariar o aparecimento de novas lojas, o Cinema Roma (1957), a recente afirmação arquitectónica do Bairro das Estacas e de outras vezes, como Brassens, ouvidas no interior dos automóveis enquanto se percorriam os circuitos obrigatórios entre o Bar do aeroporto e o Salão de Montes Claros, como documenta Artur Portela Filho, em 1961, num conto intitulado Avenida de Roma.

Porem, na nova Praça da Avenida dos Estados Unidos, o Café «Vá-Vá» afirmava-se com obras de ampliação, logo em 1960, reivindicando na sua curiosa denominação o apelo imperativo a uma paragem e a velocidade de uma circulação viária, que podia ser simultaneamente a «pressa» com que se anda ou a «urgência» em que se quer ser atendido... Por essa altura, o cineasta Paulo Rocha ainda não havia fixado as primeiras imagens dessa Praça nos seus Verdes Anos (1963), nem o poeta Daniel Filipe começara sequer a sua Patria Lugar de Exílio, escrita em 1962, na primeira pessoa do singular, «em Lisboa, Avenida de Roma, número noventa e tres», como é dito na abertura do seu poema. Mas, no interior desse Café uma nova cidade era já experimentada, vivida, medida e devolvida em imagens, sons, cores e formas pelos seus mais fieis fre-

quentadores. E, se estas e outras razões não bastam para que a cidade possa reivindicar o direito a sua memória, outras há que se podem resumir no oásis que o Café «Vá-Vá» ainda representa na desertificação urbana em que vivemos. Recôndito e agenciado em reminiscências de Salão de Chá, com as suas mesas que conservam ainda toalhas em modos que se assumem num derradeiro esforço de retenção de uma imagem, este Café é bem o último sustentáculo de uma tradição ligada a estes lugares. Por isso, os empregados ainda se diferenciam pelos seus nomes específicos e, assim são chamados, numa forma de reconhecimento de um profissionalismo impar e sem complexos, digníssimos nos seus casacos brancos e que podem ser referenciados no particular civismo do Senhor Brito, na eficiência do Senhor Costa, na atenção do Senhor Quintas, até a graça pitoresca carregada no sotaque inconfundível do Senhor Manolo, galego de raiz, e assim, ligados admiravelmente a memória de uma cidade antiga onde aquela emigração se desenvolveu a esta nova que o recebeu.

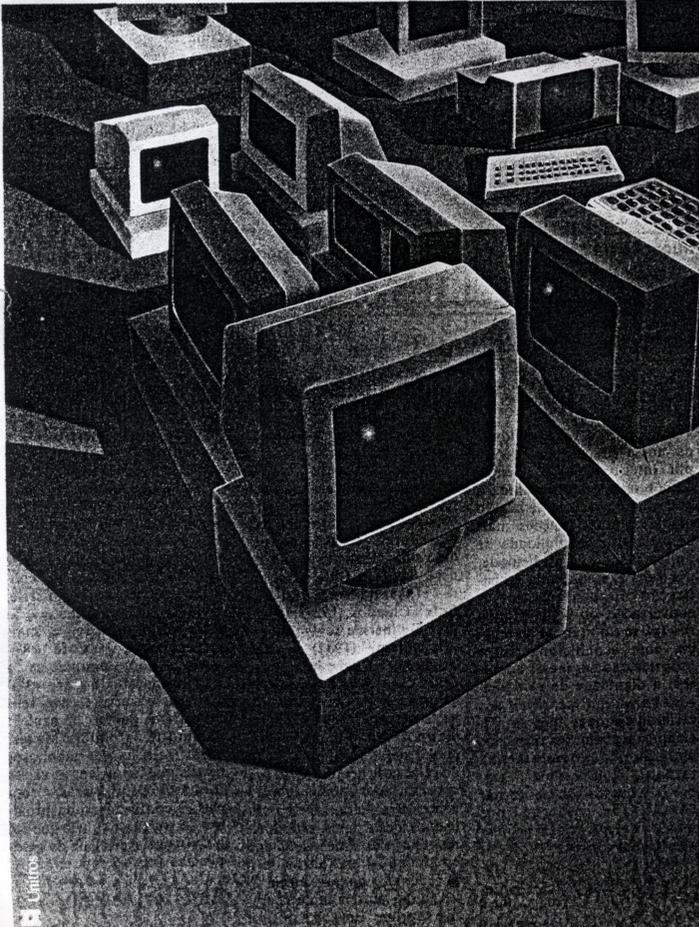
Porém, não devemos esquecer que o Café «Vá-Vá» também representa a figura última e realizada de uma dada experiência urbana, dos anos 50, na cidade de Lisboa. E, se é verdade que hoje os nossos índices urbanos fundamentais são condenados a «pena» suprema da demolição pelo próprio poder, num jogo de necessidades criadas que assentam num equilíbrio que só se mantém porque é encenado na estratégia do destruir para construir melhor e maior, não é menos certo que as formas de mediação entre a sociedade e esse mesmo poder se encontram profundamente alteradas.

Outrora, no imaginário da cidade qualquer construtor trocava a sua natural «rebelião» pela protecção e preservação do construído; hoje, como a própria cidade esta inscrita no signo da destruição, e

a sociedade inteira que se sente no direito de já nada manter como resistência ou memória. Como reconstruir, então, as novas bases de uma real conservação dos lugares de molde a fixar as imagens do tempo se a própria população se vê

morta na representação que lhe devolve o poder? É a esta questão que importa responder e a sua resposta ter-se-á que inscrever na instauração de uma irreversibilidade do construído. Porque, com esta nova estética do arrasamento,

nós já não estamos mais no domínio de um autoritarismo disciplinador. A ordem que se encena é a da morte-sempre-anunciada, aleatória e única na sua impotência urbana, onde igualmente se dissolvem o sentido das coisas e do futuro.



NA SELVA DA INFORMÁTICA, VENCE O TIGRE!

Então, chegou o tigre à selva da informática. E que viu? Viu coelhos a tirarem computadores de chapéus altos, como se o negócio de computadores fosse ilusionismo. Viu avestruzes a meterem a cabeça na areia, quando surgem os problemas. Viu raposas a falarem de software e hardware como se fossem especialistas. Viu e declarou: que vender computadores é para profissionais. Que há uma técnica de comercialização destas máquinas — uma técnica de consultadoria e um know-how capazes de estruturarem a organização informática das empresas clientes. Em seguida, o tigre disse ao que vinha: obrigar o computador a servir o utilizador em vez de se servir dele. Rentabilizar cada escudo que o cliente investe na informatização da sua empresa — é isso que fará de um lugar de confusão — a selva — um paraíso organizado. Só o tigre é capaz de assim fazer.



NR NACIONAL RÁDIO, S.A.R.L.
divisão de informática profissional
Rua Bento de Jesus Caraça, 17 - Cruz Quebrada - Telefone: 211 28 71
Praça da Figueira, 18-1º Esq. - 1100 Lisboa - Telefone: 3252 51
(Próximas instalações)

“Então, já sabes?
A KLM tem, agora,
um voo directo
do Porto para Amsterdam.”

“Bem sei. É aos domingos.
E com óptimas ligações para
todo o Mundo.”



Partida do Porto às 13.30 h. Para Amsterdam ou via Amsterdam para todo o Mundo. A nova linha da KLM ao serviço do Norte de Portugal. E não esqueça: as compras mais baratas são no “Tax Free” de Amsterdam. Voe no Airbus A310. Agora experimente-o também aos domingos, às 11.50 h., de Lisboa para o Porto.

Consulte o seu Agente de Viagens ou a KLM
Praça Marquês de Pombal, 4-A - 1298 Lisboa Codex - Telef. 579110/579160/579210 - Telex: 18511.

The Reliable Airline **KLM**
Royal Dutch Airlines